



ARNALDO NISKIER

Há 20 anos, testemunhamos uma cena no mínimo curiosa. No Palácio Guanabara, o então governador Faria Lima dava posse aos novos membros do Conselho Estadual de Educação. Com a sinceridade que lhe é própria, fez uma pergunta aparentemente inocente: "Se não conseguimos dar educação a todas as crianças da primeira à quarta série, por que a lei brasileira criou a obrigatoriedade até a oitava série? Não seria melhor que isso se fizesse, de forma competente, em duas etapas?"

Passa-se o tempo, o atendimento à criança, principalmente nas escolas públicas, torna-se ainda mais precário — e a questão continua presente. Nas discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional há um sensacional embate, tipo Fla-Flu, envolvendo os defensores da escola obrigatória de cinco anos e os que pensam ser melhor manter a exigência dos oito anos. Como isso poderia ser alcançado, só Deus sabe.

Na semana passada, diante da estátua da imperatriz Maria Teresa, em Viena, ouvimos do guia poliglota que ela foi uma das maiores figuras da História austríaca. Por quê? Sim-

plesmente porque, na segunda metade do século XVIII, acabou com o analfabetismo no Império, colocando todo mundo na escola. A Áustria beneficiou-se muito disso e, apesar de alguns percalços provocados pelos horrores da guerra, é uma nação desenvolvida, contando com 78 museus somente na sua bonita capital.

Enquanto isso, discutimos há sete anos o destino da LDB. Uma versão, naturalmente gordurosa, tem 150 artigos. Tudo quanto é interesse corporativo lá se encontra. Deseja-se exemplar educação indígena, adequada formação profissional para todos, a volta da sociologia e da filosofia, sem esquecer — como lembra a

professora Eunice Durham, do MEC — que "educação ambiental e educação para o trânsito também foram consideradas essenciais".

Nada disso retira nossas crianças do analfabetismo crônico, incapazes que são de dominar as quatro operações, nem melhora a qualificação dos professores brasileiros, de salários achatados e formação precaríssima. O Rio de Janeiro, que ainda se considera a capital cultural do país, precisa urgentemente de 700 professores de matemática para as suas escolas municipais. Como se pode alcançar desse jeito uma educação de qualidade?

A gestão democrática é fundamen-

tal, queremos um modelo educacional pluralista; o ministro Bresser diverte-se com a pretensão de transformar as universidades públicas federais em organizações sociais não-estatais de direito privado. O nome é bonito, mas será que isso funcionaria? Faz-se um modelo assim para o ensino superior e o que acontecerá com o baleado sistema de educação básica? Como isso se refletiria no orçamento do MEC, que, contrariamente à Constituição de 88, destina mais de 60% ao ensino superior?

O mundo desenvolvido assiste ao geométrico crescimento do conceito de escola virtual. A teia representada pela Internet é uma atração a

mais, derrubando muros e barreiras na desejada comunicação interpessoal. Enquanto isso, entre nós, sem chegar ao acordo necessário, briga-se por uma reforma legal, que, na verdade, não garante nada, apenas certos interesses miúdos de corporações bem organizadas. Assim será difícil, na virada do século, obter uma educação qualitativamente expressiva, que, sendo democrática, inscreva o país na linha das nações mais competitivas do planeta. Do jeito que as coisas caminham, estamos mais para Burundi do que para Canadá.

Arnaldo Niskier é professor e membro da Academia Brasileira de Letras.

Reforma antiga, escola virtual

O GLOBO 1 * JUL 1995